

# Sumário

## Contents

Editorial.....	9
----------------	---

La elección de los criterios de solvencia económica y financiera, técnica o profesional por los órganos de contratación en el Estado español: algunas prevenciones para evitar incurrir en desproporcionalidad

*The selection of economic and financial, technical or professional solvency criteria by contracting bodies in the Spanish State: some precautions to avoid falling into disproportionality*

<b>Susana Eva Franco Escobar.....</b>	<b>11</b>
I     Introducción.....	12
II    Los requisitos de solvencia en los sectores del agua, la energía, los transportes y los servicios postales.....	17
III   Entre los requisitos legales y las facultades discrecionales de los órganos de contratación.....	18
IV    La integración de la solvencia con medios externos .....	21
V     Los problemas de la solvencia desproporcionada .....	29
VI    Conclusiones.....	35
Referencias .....	36

El procedimiento administrativo sancionador: las dos caras de Jano

*The administrative sanctioning procedure: two faces of Janus*

<b>José Luis Said.....</b>	<b>39</b>
1     Dos preguntas iniciales .....	40
2     El Derecho Administrativo Sancionador es Derecho Administrativo .....	41
3     La matriz epistemológica del DAS.....	43
4     ¿Qué es una sanción?.....	47
5     ¿Cómo diferenciarla de otros actos gravosos?.....	48
6     El procedimiento sancionatorio (o de qué manera conciliar los dos rostros de Jano) ...	50
7     Principios del Procedimiento Administrativo Sancionador .....	53
7.1   El PAS y los DDHH .....	53
7.2   El PAS y la Buena Administración .....	53
7.3   El PAS en la Ley Nacional de Procedimientos Administrativos .....	56
7.4   Innecesaridad de aplicar principios penales en el PAS.....	56
7.5   Presunción de inocencia del supuesto infractor vs. Presunción de legitimidad del acto administrativo.....	57
8     La Buena Administración y los intereses colectivos en el PAS .....	58
8.1   Intereses colectivos y legitimación para intervenir en el PAS .....	58
8.2   Oficialidad vs. Oportunidad.....	61
8.3   Armando el rompecabezas .....	62
8.4   La denuncia: técnica para la participación .....	62
Referencias .....	63

Fiscalização das atividades de mineração pelos municípios brasileiros: possibilidade e limites à luz da Constituição Federal

*Inspection of mining activities by Brazilian municipalities: possibilities and limits in the light of the Federal Constitution*

<b>Rogério de Souza Moreira, Elcio Nacur Rezende</b> .....	67
1 Introdução .....	68
2 Relevância e primazia do princípio federativo .....	70
3 Natureza jurídica da CFEM à luz do Supremo Tribunal Federal (STF) .....	72
4 Da competência privativa e da competência exclusiva .....	77
5 Possibilidade de atuação conjunta nos processos de fiscalização das atividades de mineração e da arrecadação da CFEM – Alcance, extensão e efeitos do instrumento .....	78
5.1 Instrumento jurídico adequado para materializar esta cooperação (convênio ou acordo de cooperação técnica) .....	79
5.2 O limite da delegação .....	80
6 Conclusão .....	82
Referências .....	84

A função regulatória da licitação no Brasil: estado da arte e perspectivas de futuro

*The public procurement regulatory function in Brazil: state of the art and future perspectives*

<b>Valter Shuenquener de Araujo, Mauro César Teixeira de Farias Filho</b> .....	87
1 Introdução .....	88
2 Licitação: conceito, objetivos e princípios regentes .....	90
3 Função regulatória da licitação no Brasil: fundamentos normativo e pragmático .....	93
4 Panorama legislativo e perspectivas .....	102
4.1 Promoção do desenvolvimento nacional sustentável e da inclusão social .....	103
4.2 Combate à corrupção .....	106
4.3 Fomento a indústria nacional, competitividade, setores estratégicos e desenvolvimento de soluções tecnológicas inovadoras de mercado .....	109
5 Conclusão .....	113
Referências .....	114

A força política do poder constituinte derivado com fundamento na soberania popular: em defesa da constitucionalidade superveniente e seu efeito de convalidação

*The political strength of the derived constituent power on the basis of popular sovereignty: in defense of supervening constitutionality and its validation effect*

<b>Fellipe Guerin Leal, Francisco Quintanilha Veras Neto, Rafael Siegel Barcellos</b> .....	117
1 Introdução .....	118
2 Nulidade <i>versus</i> anulabilidade da norma inconstitucional: o impacto dos efeitos do controle de constitucionalidade no relacionamento entre as instituições .....	119
3 Constitucionalidade superveniente: debate doutrinário e jurisprudencial acerca da possibilidade de convalidação de normas materialmente inconstitucionais por emendas constitucionais .....	125
4 Poder constituinte derivado: do engessamento à força política do direito de reforma constitucional, apto a promover a constitucionalidade superveniente, com fundamento na soberania popular .....	131
5 Considerações finais .....	133
Referências .....	135

Políticas Públicas Municipais: contribuições jurídicas para a redução da desigualdade social

*Municipal Public Policies: legal contributions to reduction of social inequality*

<b>Ricardo Hermany, Marli Daniel</b> .....	137
1 Introdução .....	138
2 Desigualdade e contexto desigual no Brasil contemporâneo .....	139
3 Equidade e políticas públicas redistributivas.....	143
4 Mecanismos municipais e regionais de indução e redistribuição para a redução das desigualdades sociais.....	148
5 Conclusão .....	153
Referências .....	154

Governo por plataforma e serviços públicos na Lei nº 14.129/2021: considerações para uma transformação digital adequada

*Platform Government and public services in Law 14,129/2021: considerations for a proper digital transformation*

<b>Caio Monteiro Mota Lima, Thanderson Pereira de Sousa, José Sérgio da Silva Cristóvam</b> ..	157
1 Introdução .....	158
2 Governo por plataforma na Lei nº 14.129 de 2021: o redimensionamento da atuação pública na era digital.....	159
3 Do Governo eletrônico ao digital: as Plataformas de governo como eixo de disponibilização de serviços públicos .....	163
4 Vetores relevantes na implementação do Governo por plataforma: considerações para a transformação digital pública universal e inclusiva .....	166
5 Considerações finais .....	171
Referências .....	172

Governança pública e judicialização da saúde: o caso do município de Uberaba

*Public governance and judicialization of health: the case of the city of Uberaba*

<b>Cecílio de Souza Araújo Filho, Gilberto de Araújo Pereira</b> .....	175
1 Introdução .....	176
2 Desenvolvimento.....	178
2.1 Governança pública .....	178
2.2 Governança pública e o processo decisório baseado em evidências.....	179
2.3 Governança pública em saúde no Município de Uberaba.....	180
2.4 Judicialização da Saúde .....	183
2.5 Tipificação e quantificação do perfil das demandas judiciais no Município de Uberaba/MG.....	186
2.6 Descrição de ações/estratégias implementadas pelo município de Uberaba .....	189
2.6.1 Medicamentos: Farmácia Solidária .....	189
2.6.2 Transferências hospitalares: Complexo Regulador Municipal.....	191
2.7 Repercussões das ações/estratégias de políticas públicas implementadas na judicialização da saúde.....	193
2.7.1 Medicamentos .....	193
2.7.2 Transferências hospitalares .....	195
3 Conclusão .....	197
Referências .....	198

DIRETRIZES PARA AUTORES

<i>AUTHOR GUIDELINES</i> .....	203
--------------------------------	-----

Condições para submissão	
<i>Submission Preparation Checklist</i> .....	209
Declaração de Direito Autoral	
<i>Copyright Notice</i> .....	209
Política de Privacidade	
<i>Privacy Statement</i> .....	210
Política de Ética e Diretrizes de Boas Práticas na Publicação	
<i>Publishing Ethics and Publishing Malpractice Statement</i> .....	210